

**INSTITUTO
SEGURANÇA
SOCIAL**
PORTO

**DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DAS
INSTITUIÇÕES PARTICULARES DE
SOLIDARIEDADE SOCIAL**

ANO DE
2016

DENOMINAÇÃO ACISJF – ASSOCIAÇÃO CATOLICA INTERNACIONAL
AO SERVIÇO DA JUVENTUDE FEMININA

MORADA Rua Arcediogo Vanzeller

N. 50 ANDAR LOCALIDADE Porto

FREGUESIA Massarelos

CONCELHO Porto

COD. POSTAL 4050-621

EM ____ / ____ / ____

(Assinatura do Contabilista Certificado)

A DIREÇÃO

APROVADO EM ASSEMBLEIA GERAL

DATA: Porto _____ , _____

Porto _____ , _____

ASSINATURAS

ASSINATURA DO PRESIDENTE

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	5	371 340,40	395 848,14
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis	6	0,00	13,63
Investimentos financeiros	14.1	2 155,73	1 480,51
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		373 496,13	397 342,28
Ativo corrente			
Inventários	8	2 608,66	2 564,64
Créditos a receber	14.3	4 567,11	1 192,07
Estado e outros entes públicos	14.9	1 165,43	1 262,09
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14.2	2 740,00	3 900,00
Diferimentos	14.5	9 878,72	11 042,28
Outros ativos correntes	14.4	717,90	48 544,40
Caixa e depósitos bancários	14.6	253 776,22	240 559,12
		275 454,04	309 064,60
Total do ativo		648 950,17	706 406,88
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos	14.7	189 505,21	189 505,21
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14.7	183 616,69	172 799,32
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais	10/14.7	162 778,00	168 884,92
		535 899,90	531 189,45
Resultado líquido do período		1 072,99	10 817,37
Total dos fundos patrimoniais		536 972,89	542 006,82
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos	7	9 650,45	10 000,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		9 650,45	10 000,00
Passivo corrente			
Fornecedores	14.8	15 899,16	16 026,99
Estado e outros entes públicos	14.9	14 820,17	17 891,65
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	14.5	30,00	32 595,17
Outros passivos correntes	14.10	71 577,50	87 886,25
		102 326,83	154 400,06
Total do passivo		111 977,28	164 400,06
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		648 950,17	706 406,88

A Direção

O Responsável

ACISJF - Assoc.Católica Intern.ao Serviço Juv.Feminina
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501148850

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	95.791,52	93.982,02
Subsídios, doações e legados à exploração	10/14.11	572.629,10	601.851,28
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	8	93.423,57	78.642,49
Fornecimentos e serviços externos	14.12	127.021,06	133.629,33
Gastos com o pessoal	12	419.873,15	442.152,14
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		0,00	0,00
Outros rendimentos	14.13/15	8.588,62	12.272,56
Outros gastos	14.14	7.156,96	15.672,08
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		29.534,50	38.009,82
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5/6	28.134,03	26.812,78
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		1.400,47	11.197,04
Juros e rendimentos similares obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares suportados	14.15	327,48	379,67
Resultados antes de impostos		1.072,99	10.817,37
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00
Resultado líquido do período		1.072,99	10.817,37

↑ Direção

O Responsável

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Entidade: ACISJF - Assoc. Católica Intern. ao Serviço Juv. Feminina
 DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
 PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Contribuinte: 501148850

Moeda: Euros

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Bom Conselho	Acolhimento	SELF	Projeto Desafios	PERÍODOS	
						2016	2015
Vendas e serviços prestados	9	735,00	3 378,00	91 678,52	0,00	95 791,52	93 982,02
Custo das vendas e dos serviços prestados	8/12	190 578,41	165 485,86	143 436,21	14 279,99	513 780,47	522 528,93
Resultado Bruto		-189 843,41	-162 107,86	-51 757,69	-14 279,99	-417 988,95	-428 546,91
Outros Rendimentos	10/14, 11/14, 13/14, 15	287 868,89	184 212,99	91 560,48	17 575,36	581 217,72	614 123,84
Gastos de distribuição		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos administrativos	5/6/14, 12	63 891,96	36 944,16	48 353,51	5 543,76	154 733,39	158 707,81
Gastos de investigação e desenvolvimento		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Gastos	14, 14	469,95	624,58	5 845,98	154,40	7 094,91	15 672,08
Resultado operacional (antes de financiamento e impostos)		33 663,57	-15 463,61	-14 396,70	-2 402,79	1 400,47	11 197,04
Gastos de financiamento (líquidos)	14, 15	163,98	107,93	55,57	0,00	327,48	379,67
Resultado antes de impostos		33 499,59	-15 571,54	-14 452,27	-2 402,79	1 072,99	10 817,37
Imposto sobre o rendimento do período	11	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado líquido do período		33 499,59	-15 571,54	-14 452,27	-2 402,79	1 072,99	10 817,37

Antônio Carlos de Jesus
Renilda de Jesus
Henrique de Jesus
Marcelo de Jesus

Antônio Carlos de Jesus
 1788

ACISJF - Assoc.Católica Intern.ao Serviço Juv.Feminina
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda : (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das actividades operacionais - método directo			
Recebimentos de Clientes e Utentes		106 692,67	114 628,01
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		20,00	96,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		217 530,72	240 473,54
Pagamentos ao pessoal		277 165,77	260 637,74
Caixa gerada pelas operações		-388 023,82	-386 579,27
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		393 698,85	407 403,03
Fluxos de caixa das actividades operacionais (1)		5 675,03	20 823,76
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Activos fixos tangíveis		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros activos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		76,28	253,02
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de investimento (2)		76,28	253,02
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		10 010,01	10 079,35
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		497,33	0,00
Juros e gastos similares		1 402,30	1 016,06
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das actividades de financiamento (3)		8 110,38	9 063,29
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		13 861,69	30 140,07
Caixa e seus equivalentes no início do período		240 559,12	210 419,05
Caixa e seus equivalentes no fim do período		253 776,22	240 559,12

A Direção

O Responsável

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

[Handwritten signature]
[Handwritten signature]

**ACISJF – Associação Católica
Internacional ao Serviço da
Juventude Feminina**

Anexo

Demonstrações Financeiras

2016

Índice

1	Identificação da Entidade	3
2	Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras	3
3	Principais Políticas Contabilísticas	3
3.1	Bases de Apresentação	3
3.2	Políticas de Reconhecimento e Mensuração	5
4	Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros	9
5	Ativos Fixos Tangíveis	10
6	Ativos Intangíveis	11
7	Custos de Empréstimos Obtidos	11
8	Inventários	11
9	Rédito	12
10	Subsídios do Governo e apoios do Governo	12
11	Imposto sobre o Rendimento	12
12	Benefícios dos empregados	12
13	Divulgações exigidas por outros diplomas legais	14
14	Outras Informações	14
14.1	Investimentos Financeiros	14
14.2	Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros	14
14.3	Créditos a receber	14
14.4	Outros Ativos Correntes	15
14.5	Diferimentos	15
14.6	Caixa e Depósitos Bancários	15
14.7	Fundos Patrimoniais	15
14.8	Fornecedores	16
14.9	Estado e Outros Entes Públicos	16
14.10	Outros Passivos Correntes	16
14.11	Subsídios, doações e legados à exploração	16
14.12	Fornecimentos e serviços externos	17
14.13	Outros rendimentos e ganhos	17
14.14	Outros gastos e perdas	17
14.15	Resultados Financeiros	17
14.16	Acontecimentos após data de Balanço	18

1 Identificação da Entidade

A “ACISJF – Associação Católica Internacional ao Serviço da Juventude Feminina” é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de “Instituição Particular de Solidariedade Social” com estatutos registados em 18/01/2016 pelo averbamento nº 3 à inscrição nº 4/84 a fls. 85 verso e 86 do Livro nº 2 das Associações de Solidariedade Social, com sede em Rua Arcediago VanZeller, nº 50, Porto. Tem os seguintes objetivos:

- Visa em especial a formação integral da juventude feminina entre os 12 e 35 anos procurando contribuir para o seu desenvolvimento moral, social e intelectual;
- Dedica particular atenção aos casos de jovens em risco social e mães solteiras e/ou famílias monoparentais, privadas do seu meio familiar, com dificuldades de ordem socioeconómica e eventualmente aos casos de outras pessoas carenciadas;
- Promove também formação escolar e profissional e outras daqueles que são a razão da sua existência.

2 Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos livros e registos contabilísticos da Entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovado pelo Decreto-Lei n.º 36-A/2011 de 9 de Março. No Anexo II do referido Decreto, refere que o Sistema de Normalização para Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria n.º 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) – Portaria n.º 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso n.º 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI).

3 Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram preparadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF).

3.1.1 Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo, este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da atividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 Regime do Acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transações e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorram (satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento) sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respetivas contas das rubricas “Devedores e credores por acréscimos” e “Diferimentos”.

3.1.3 Consistência de Apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período para o outro, quer a nível da apresentação quer dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, exceto quando ocorrem alterações significativas na natureza que, nesse caso, estão devidamente identificadas e justificadas neste Anexo. Desta forma é proporcionada informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 Materialidade e Agregação

A relevância da informação é afetada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexatidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevante para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevante para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 Compensação

Devido à importância dos ativos e passivos serem relatados separadamente, assim como os gastos e os rendimentos, estes não devem ser compensados.

3.1.6 Informação Comparativa

A informação comparativa deve ser divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas devem ser levados a efeito em toda a Entidade e ao longo do tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação devem ser divulgadas, tendo em conta:

- A natureza da reclassificação;
- A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- Razão para a reclassificação.

3.2 Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 Ativos Fixos Tangíveis

Os “Ativos Fixos Tangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição ou de produção, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição ou produção inicialmente registado, inclui o custo de compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis às atividades necessárias para colocar os ativos na localização e condição necessárias para operarem da forma pretendida e, se aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção dos ativos e de restauração dos respetivos locais de instalação ou operação dos mesmos que a Entidade espera vir a incorrer.

Os ativos que foram atribuídos à Entidade a título gratuito encontram-se mensurados ao seu justo valor, ao valor pelo qual estão segurados ou ao valor pelo qual figuravam na contabilidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com manutenção e reparação dos ativos são registadas como gastos no período em que são incorridas, desde que não sejam suscetíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estão em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens, em sistema de duodécimos.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Edifícios e outras construções	50
Equipamento básico	6
Equipamento de transporte	5
Equipamento informático	5
Equipamento administrativo	6
Outros Ativos fixos tangíveis	4

A Entidade revê anualmente a vida útil de cada ativo, assim como o seu respetivo valor residual quando este exista.

As mais ou menos valias provenientes da venda de ativos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o valor de realização e a quantia escriturada na data de alienação, sendo que se encontram espelhadas na Demonstração dos Resultados nas rubricas “Outros rendimentos operacionais” ou “Outros gastos operacionais”.

3.2.2 Ativos Intangíveis

Os “Ativos Intangíveis” encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das amortizações e de eventuais perdas por imparidade acumuladas. São reconhecidos apenas quando for provável que deles advenham benefícios económicos futuros para a Entidade e que os mesmos possam ser mensurados com fiabilidade.

As amortizações são calculadas, assim que os ativos estejam em condições de ser utilizado, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de amortização utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se encontra na tabela abaixo:

Descrição	Vida útil estimada (anos)
Programas de Computador	3

3.2.3 Investimentos financeiros

A Lei n.º 70/2013, de 30 de agosto criou dois fundos de compensação do trabalho – O FCT (fundo de compensação do trabalho) e o FGCT (fundo de garantia de compensação do trabalho), com o objetivo de assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, determinada nos termos da legislação laboral.

Em termos contabilísticos, as comparticipações para o FCT efetuadas pela entidade empregadora podem ser reconhecidas como um ativo no balanço dessa entidade, atendendo às características do fundo de capitalização e possibilidade de reembolso desses montantes.

De acordo com as características do FCT, a entidade empregadora detém o controlo económico dessas entregas, pois tem o direito legal de ser reembolsada do respetivo montante no momento da cessação do contrato de trabalho, independentemente de pagar ou não uma indemnização ao trabalhador.

Esse direito legal de obter dinheiro do FCT determina que as contribuições para esse fundo devam ser reconhecidas como um ativo financeiro, pois resultam de um direito contratual de vir a receber dinheiro.

O ativo financeiro referente às comparticipações do FCT deve ser mensurado pelo custo, devido a não cumprir as condições para mensuração ao custo amortizado (não tem maturidade definida nem pode ser pago à vista) ou ao justo valor (não é um ativo financeiro detido para negociação, nem instrumento de capital próprio com cotação em mercado regulamentado).

O Fundo de Compensação do Trabalho (FCT) implica uma comparticipação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

O FCT é acionado pelas entidades empregadoras. Como medida de apoio às entidades patronais, as contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de apoio financeiro ao pagamento das indemnizações por cessação dos contratos de trabalho dos empregados.

Esse reembolso irá corresponder ao montante entregue para o fundo, individualizado pelo respetivo trabalhador com cessação do contrato de trabalho, adicionado de eventual ganho gerado pela capitalização desse montante no fundo.

No entanto, se a cessação do contrato não implicar qualquer pagamento de compensação ao trabalhador, o reembolso das respetivas contribuições efetuadas para o FCT (e eventual ganho por valorização no fundo) reverte para a entidade patronal.

3.2.4 Inventários

Os “Inventários” estão valorizados ao custo de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o mais baixo. O custo de aquisição inclui as despesas incorridas até ao armazenamento, utilizando-se o FIFO como fórmula de custeio, em sistema de inventário intermitente.

3.2.5 Instrumentos Financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos apenas e só quando se tornam uma parte das disposições contratuais do instrumento.

Este ponto é aplicável a todos “Instrumentos Financeiros” com exceção:

- Investimentos em subsidiárias, associadas e empreendimentos conjuntos;
- Direitos e obrigações no âmbito de um plano de benefícios a empregados;
 - Alterações no risco segurado;
 - Alterações na taxa de câmbio;
- Direitos decorrentes de um contrato de seguro exceto se o contrato de seguro resulte numa perda para qualquer das partes em resultado dos termos contratuais que se relacionem com:
 - Entrada em incumprimento de uma das partes;
 - Locações, exceto se resultar perda para o locador ou locatário como resultado:
 - Alterações no preço do bem locado;
 - Alterações na taxa de câmbio
 - Entrada em incumprimento de uma das contrapartes

Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros

As quotas, donativos e outras ajudas similares procedentes de fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros que se encontram com saldo no final do período sempre que se tenham vencido e possam ser exigidas pela entidade estão registados no ativo pela quantia realizável.

Clientes e outras contas a Receber

Os “Clientes” e as “Outras contas a receber” encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas se encontram reconhecidas, para assim retratar o valor realizável líquido.

Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica “Caixa e depósitos bancários” inclui caixa e depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco significativo de flutuações de valor.

Fornecedores e outras contas a pagar

As dívidas registadas em “Fornecedores” e “Outras contas a pagar” são contabilizadas pelo seu valor nominal.

3.2.6 Fundos Patrimoniais

A rubrica “Fundos” constitui o interesse residual nos ativos após dedução dos passivos.

Os “Fundos Patrimoniais” são compostos por:

- fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros;
- fundos acumulados e outros excedentes;
- subsídios, doações e legados que o governo ou outro instituidor ou a norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.7 Financiamentos Obtidos

Empréstimos obtidos

Os “Empréstimo Obtidos” encontram-se registados, no passivo, pelo valor nominal líquido dos custos com a concessão desses empréstimos. Os “Encargos Financeiros” são reconhecidos como gastos do período, constando na Demonstração dos Resultados na rubrica “Juros e gastos similares suportados”.

3.2.8 Estado e Outros Entes Públicos

Nos termos da alínea b) do n.º 1 do art.º 10 do Código do Imposto sobre Rendimento das Pessoas Coletivas (CIRC), estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social e Entidades anexas, bem como as pessoas coletivas àquelas legalmente equiparadas.

4 Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificaram quaisquer efeitos resultantes de alteração voluntária em políticas contabilísticas.



5 Ativos Fixos Tangíveis

Outros Ativos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Terrenos e recursos naturais	31.174,87				31.174,87
Edifícios e outras construções	622.568,26				622.568,26
Equipamento Básico	316.682,38	1.621,43			318.303,81
Equipamento de Transporte	23.742,47				23.742,47
Equipamento Administrativo	50.066,90				50.066,90
Equipamento Informático	15.340,88	1.437,82			16.778,70
Outros ativos fixos tangíveis	7.173,78	388,10			7.561,88
Ativo Tangível Bruto	1.066.749,54	3.447,35	0,00	0,00	1.070.196,89
Depreciações Acumuladas					
Edifícios e outras construções	280.348,22	21.069,96			301.418,18
Equipamento Básico	300.280,23	* 4.416,30			304.696,53
Equipamento de Transporte	21.578,31	530,04			22.108,35
Equipamento Administrativo	48.913,82	* 191,95			49.105,77
Equipamento Informático	12.607,04	* 1.674,03			14.281,07
Outros ativos fixos tangíveis	7.173,78	72,81			7.246,59
Depreciações Acumuladas	670.901,40	27.955,09	0,00	0,00	698.856,49
Ativo Tangível Líquido	395.848,14	-24.507,74	0,00	0,00	371.340,40

*No âmbito do Projeto Desafios, Financiado pela Fundação Calouste Gulbenkian, para efeitos de elegibilidade a Instituição teve que considerar no ano 2014 a amortização dos equipamentos adquiridos até ao final da duração do projeto, em 31 de março de 2016 (contas 281/4338). No entanto, os gastos da rubrica de depreciações e amortizações do exercício estão a ser imputados em conformidade com a vida útil estimada (contas 641/281).

Assim sendo, em 2016 o valor a considerar como gastos de depreciação e amortização é de 28.120,40 euros.



6 Ativos Intangíveis

Outros Ativos Intangíveis

A quantia escriturada bruta, as amortizações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e de 2016, mostrando as adições, os abates e alienações, as amortizações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Descrição	31-12-2015	Adições	Abate	Transferência	31-12-2016
Programas de computador	492,00				492,00
Ativo Intangível Bruto	492,00	0,00	0,00	0,00	492,00
Depreciações Acumuladas					
Programas de computador	478,37	13,63			492,00
Depreciações Acumuladas	478,37	13,63	0,00	0,00	492,00
Ativo Intangível Líquido	13,63	-13,63	0,00	0,00	0,00

7 Custos de Empréstimos Obtidos

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são usualmente reconhecidos como gastos à medida que são incorridos.

Descrição	2016			2015		
	Corrente	Não Corrente	Total	Corrente	Não Corrente	Total
Empréstimos Bancários	0,00	9.650,45	9.650,45	0,00	10.000,00	10.000,00
Total	0,00	9.650,45	9.650,45	0,00	10.000,00	10.000,00

8 Inventários

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica "Inventários" apresentava os seguintes valores:

Descrição	2015				2016			
	Inventário inicial	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	Compras	Reclassificações e Regularizações	Inventário final	
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.820,93	58.585,74	18.800,46	2.564,64	67.086,89	26.380,70	2.608,66	
Total	3.820,93	58.585,74	18.800,46	2.564,64	67.086,89	26.380,70	2.608,66	
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas				78.642,49			93.423,57	

9 Rédito

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes Réditos:

Descrição	2016	2015
Prestação de Serviços	95.791,52	93.982,02
Quotas de utilizadores	2.892,90	3.470,50
Quotas e joias	1.470,00	2.990,00
Outros	91.428,62	87.521,52
Outros Réditos	76,28	253,02
Juros	76,28	253,02
Total	95.867,80	94.235,04

10 Subsídios do Governo e apoios do Governo

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a Entidade tinha os seguintes saldos nas rubricas de "Subsídios do Governo" e "Apoios do Governo":

Descrição	Natureza	31-12-2016			31-12-2015		
		Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados	Capitais Próprios	Passivo	Demonstração Resultados
ISS, IP	Não reembolsável	0,00	0,00	516.461,76	0,00	0,00	512.004,72
ISS, IP – Ação Social	Não reembolsável	0,00	0,00	1.028,11	0,00	0,00	0,00
IEFP	Não reembolsável	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	4.120,23
ISS, IP (Ativos Fixos Tangíveis – Edifício)	Não reembolsável	162.547,17	0,00	6.007,92	168.555,09	0,00	6.007,92
MASES (Ativos Fixos Tangíveis)	Não reembolsável	230,83	0,00	99,00	329,83	0,00	98,96
TOTAL		162.778,00	0,00	523.596,79	168.884,92	0,00	522.231,83

11 Imposto sobre o Rendimento

O imposto nos exercícios de 2015 e 2016 é de 0,00 euros, porque a atividade sujeita a tributação obteve resultado negativo.

12 Benefícios dos empregados

O número de membros dos órgãos diretivos, nos períodos de 2016 e 2015, foram de "13". Durante o período de 2016 houve a eleição dos Órgãos Sociais para o quadriénio 2016/2020, que têm a seguinte composição:

Assembleia Geral

Presidente – Maria Luísa Sottomayor;

1º Secretário – Maria João Arriscado Nunes;

2º Secretário – Rosa Maria Delgado.

Direção

Presidente – Cristina Maria Malheiro Dantas Gonçalves;

Vice-Presidente – Maria Manuela Coelho Pereira de Matos Peixoto Taveira;

Vogal – Heralda Maria Rodrigues Gonçalves;

Vogal – Maria Francisca Sottomayor Negrão;

Vogal – Maria Ludovina e Silva de Jacinto Machado;

Vogal – Pedro Manuel Mota Ferreira da Silva;

Vogal – Rui Manuel Corucho Duarte Morais.

Conselho Fiscal

Presidente – Maria dos Prazeres Lopes Cardoso;

1º Vogal – Maria Gabriela Fonseca;

2º Vogal – Maria Inês Santos.

O número médio de pessoas ao serviço da Entidade em 31/12/2015 foi de “33” e em 31/12/2016 foi de “31”.

Os gastos que a Entidade incorreu com os funcionários foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	335.326,62	357.565,67
Indemnizações	3.244,50	338,05
Encargos sobre as Remunerações	72.302,14	76.513,50
Seguros de Acidentes no Trabalho e Doenças Profissionais	2.917,06	3.328,23
Outros Gastos com o Pessoal	6.082,83	1.493,15
IEFP – CEI/Estágios	0,00	2.913,54
Total	419.873,15	442.152,14

Os Voluntários ao serviço da instituição no ano 2016 são os seguintes:

Voluntários	Funções desempenhadas	N.º horas anuais
2	Atividades lúdicas	68
1	Formação/âmbito culinária	114
1	Organização da biblioteca	3
2	Reparações	15
1	Acompanhamento a consultas	146
7	Apoio estudo e atividades	563
4	Horta e transformações criativas	30

13 Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei 534/80, de 7 de Novembro.

Nos termos do artigo 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro, a Direção informa que a situação da Entidade perante a Segurança Social se encontra regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

14 Outras Informações

De forma a uma melhor compreensão das restantes demonstrações financeiras, são divulgadas as seguintes informações.

14.1 Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015, a Entidade detinha os seguintes “Investimentos Financeiros”:

Descrição	2016	2015
Outros Investimentos Financeiros		
Fundo Compensação do Trabalho	2.155,73	1.480,51
Total	2.155,73	1.480,51

14.2 Fundadores/beneméritos/patrocionadores/doadores/associados/membros

A 31 de Dezembro de 2016 e 2015, apresentava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Quotas	2.740,00	3.900,00
Total	2.740,00	3.900,00

14.3 Créditos a receber

Para os períodos de 2016 e 2015 a rubrica “Créditos a receber” encontra-se desagregada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Clientes e Utentes	4.567,11	1.192,07
Total	4.567,11	1.192,07
Passivo		
Total	0,00	0,00

14.4 Outros Ativos Correntes

A rubrica “Outros ativos correntes” tinha, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a seguinte decomposição:

Descrição	2016	2015
Entidades do Setor Público Administrativo	77,90	39.580,02
Outros Devedores	640,00	8.964,38
Total	717,90	48.544,40

14.5 Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, a rubrica “Diferimentos” englobava os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Rendas antecipadas	862,00	862,00
Seguros	1.782,06	330,03
Amortizações Projeto Desafios	0,00	165,31
Outras despesas com custo diferido	7.234,66	9.684,94
Total	9.878,72	11.042,28
Rendimentos a Reconhecer		
Projeto Desafios	0,00	32.455,17
Quotas	30,00	140,00
Total	30,00	32.595,17

14.6 Caixa e Depósitos Bancários

A rubrica de “Caixa e Depósitos Bancários”, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, encontrava-se com os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa	1.576,08	3.377,56
Depósitos à ordem	43.200,14	43.181,56
Depósitos a prazo	209.000,00	194.000,00
Total	253.776,22	240.559,12

14.7 Fundos Patrimoniais

Nos “Fundos Patrimoniais” ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo Inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo Final
Fundos	189.505,21	0,00	0,00	189.505,21
Resultados transitados	172.799,32	10.817,37	0,00	183.616,69
Outras variações nos fundos patrimoniais	168.884,92	0,00	6.106,92	162.778,00
Total	531.189,45	10.817,37	6.106,92	535.899,90

14.8 Fornecedores

O saldo da rubrica de “Fornecedores” é discriminado da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c	15.899,16	16.026,99
Total	15.899,16	16.026,99

14.9 Estado e Outros Entes Públicos

A rubrica de “Estado e outros Entes Públicos” está dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Ativo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	1.165,43	1.262,09
Total	1.165,43	1.262,09
Passivo		
Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA)	3.942,00	6.174,23
Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Singulares (IRS)	2.208,00	2.339,00
Segurança Social	8.611,12	9.275,20
Fundo Compensação do Trabalho	59,05	103,22
Total	14.820,17	17.891,65

14.10 Outros Passivos Correntes

A rubrica “Outros passivos correntes” desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	2016		2015	
	Não Corrente	Corrente	Não Corrente	Corrente
Credores por acréscimo de gastos	0,00	60.787,57	0,00	63.632,37
Outros credores	0,00	10.789,93	0,00	24.253,88
Total	0,00	71.577,50	0,00	87.886,25

14.11 Subsídios, doações e legados à exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Descrição	2016	2015
Subsídios do Estado e outros entes públicos	517.489,87	516.124,95
Doações e heranças - Donativos	37.563,87	32.080,77
Outras entidades	17.575,36	53.645,56
Total	572.629,10	601.851,28

Os “Subsídios e Apoios do Governo” estão divulgados de forma mais exaustiva na Nota 10.

14.12 Fornecimentos e serviços externos

A repartição dos “Fornecimentos e serviços externos” nos períodos findos em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, foi a seguinte:

Descrição	2016	2015
Subcontratos	483,75	1.734,30
Serviços especializados	30.526,33	36.487,34
Materiais	6.531,01	9.894,75
Energia e fluidos	43.676,30	38.749,30
Deslocações, estadas e transportes	6.540,81	3.982,07
Serviços diversos	37.476,99	41.360,13
Encargos com utentes	1.785,87	1.421,44
Total	127.021,06	133.629,33

14.13 Outros rendimentos e ganhos

A rubrica de “Outros rendimentos e ganhos” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Outros Rendimentos e Ganhos	8.512,34	12.019,54
Rendimentos suplementares	0,00	1.785,00
Outros rendimentos e ganhos	8.512,34	10.234,54
Juros e Rendimentos Similares	76,28	253,02
Juros obtidos	76,28	253,02
Total	8.588,62	12.272,56

14.14 Outros gastos e perdas

A rubrica de “Outros gastos e perdas” encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	6.360,50	5.721,93
Dívidas incobráveis	62,05	0,00
Outros gastos e perdas	734,41	7.796,49
Apoios financeiros concedidos a associados e utentes	0,00	2.153,66
Total	7.156,96	15.672,08

14.15 Resultados Financeiros

Nos períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos os seguintes gastos e rendimentos relacionados com juros e similares:

Descrição	2016	2015
Juros e gastos similares suportados		
Juros suportados	327,48	379,67
Total	327,48	379,67
Juros e rendimentos similares obtidos		
Juros obtidos	76,28	253,02
Total	76,28	253,02
Resultados Financeiros	-251,20	-126,65



14.16 Acontecimentos após data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de Dezembro de 2016.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

Porto, 31 de Dezembro de 2016

O Contabilista Certificado

A Direção